

A GUARDA

www.jornalaguarda.com

Semanário Católico Regionalista | Director: Francisco Barbeira | ano: 118 | nº 5864 | 22 de Dezembro de 2022 | aguarda@casaveritas.pt | Preço: 0.65€

Instituto Politécnico da Guarda aposta em novos cursos de logística e turismo

O Instituto Politécnico da Guarda está a preparar um novo curso direccionado para a logística na área da tecnologia, bem como o lançamento de um Curso Técnico Superior Profissional na área do Turismo, em Vila Nova de Foz Côa. O anúncio, destas duas novas apostas, foi feito pelo Presidente do Instituto Politécnico da Guarda, Joaquim Brigas, na sessão solene de abertura do ano lectivo 2022-2023, que decorreu no auditório dos Serviços Centrais, no dia 15 de Dezembro.

Na sessão solene de abertura do ano lectivo 2022-2023, o IPG - Presidente do Instituto Politécnico da Guarda, Joaquim Brigas, disse que o IPG está a preparar uma edição do "UpSkills" dedicada à vertente tecnológica da logística com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

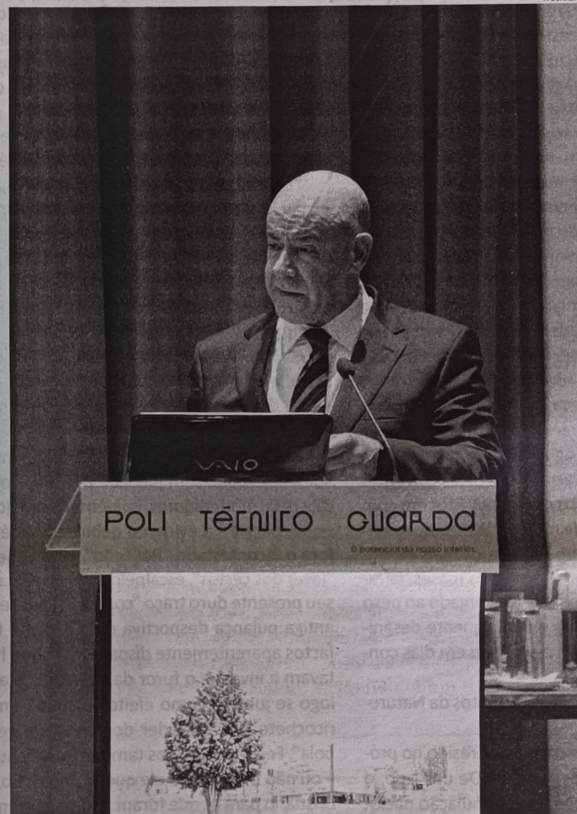
"Será mais uma formação inovadora, pioneira, e que também contribuirá para reforçar a Guarda como centro de excelência da logística portuguesa", disse o presidente do Politécnico da Guarda. A área da logística tem sido uma prioridade para o Instituto Politécnico, tendo assinado na última semana a escritura para a concretização do Laboratório Colaborativo em Logística (CoLAB LogIN), projeto financiado em 1,3 milhões de euros pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que conta com a parceria de empresas e instituições

nacionais e regionais.

Joaquim Brigas explicou que o IPG tem hoje a "dinâmica de crescimento, de prestígio e de intervenção no tecido socioeconómico" por mérito dos seus docentes, investigadores, funcionários e estudantes. A integração do IPG na Rede CRUSOE e a sua participação na Rede UNITA foram identificados como potenciadores deste balanço.

Durante a cerimónia, o presidente do IPG anunciou para breve a assinatura de um protocolo com o município de Vila Nova de Foz Côa para lançar um Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP) da Escola Superior de Turismo e Hotelaria (ESTH).

O Presidente do IPG fez um balanço dos quatro anos de mandato, referindo que, para o futuro, é necessário ter mais alojamento estudantil, uma nova escola superior de saúde e atrair mais estudantes estrangeiros.



Carlos Martins, Presidente do Conselho Geral do IPG considerou que "é compensador ver que o IPG é, cada vez mais, uma

referência para a especialização da mão de obra e para a qualificação de quadros superiores no tecido empresarial da região".

Disse que em 2023, o IPG deverá manter o ritmo de crescimento, tendo especial atenção os efeitos da crise de inflação. "A subida dos juros, a provável recessão que vamos ter na economia, têm de nos pôr alerta, e disponíveis, para apoiarmos socialmente quem precisar", explicou.

A presidente da Associação Académica da Guarda, Beatriz Silva, apontou 2022 como o ano em que o IPG "alargou horizontes" de mobilidade académica e de projectos de investigação.

A questão dos transportes e do alojamento, tanto em Seia como na Guarda, foi apontada como prioritária para atrair mais estudantes para o IPG. "As deficiências dos transportes públicos da cidade são um problema que afecta a comunidade académica e impede o aluguer de quartos em sítios mais distantes das escolas", disse Beatriz Silva.

A Sessão Solene do Ano Lectivo 2022-2023 e as celebrações do 42º aniversário do IPG contou também como uma intervenção do director-geral da Altice Labs, Alcino Lavrador, e com a entrega de prémios que reconhecem o mérito dos corpos docente e não docente, investigadores e estudantes da academia em diversas áreas.

Recomendação sobre valor das propinas no ensino superior com base em critérios socioeconómicos

A OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico recomendou que Portugal deveria adoptar um sistema diferenciado de propinas em que o valor pago pelos estudantes do ensino superior seria definido com base em critérios socioeconómicos.

A recomendação da OCDE consta do relatório "Resourcing Higher Education in Portugal", divulgado e apresentado no dia 19 de Dezembro, sobre o modelo de financiamento do ensino superior.

O estudo foi solicitado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia

e Ensino Superior, que pretende rever o modelo de financiamento, e entre as mais de 30 sugestões, os peritos fazem referência às propinas, defendendo alterações ao modelo actual.

Actualmente, o valor máximo das propinas para o 1º ciclo do ensino superior está fixado em 697 euros e todos os estudantes pagam o mesmo. O relatório propõe um sistema diferenciado, em que o nível de propinas é associado a critérios socioeconómicos.

Nesse caso, os alunos bolseiros pagariam um valor mais baixo, enquanto os estudantes com baixos níveis de rendimento, mas

não elegíveis para bolsa, pagam um nível médio, fixando-se um valor mais elevado para os restantes.

Além das propinas, os especialistas sugerem também o reforço dos apoios aos estudantes com maiores necessidades e uma revisão dos critérios de elegibilidade que actualmente vigoram para a atribuição de bolsas.

O objectivo dessa revisão seria avaliar a flexibilidade do sistema para garantir apoio a uma população de estudantes cada vez mais diversificada e aferir a necessidade de alterações ou de introdução de outros instrumen-

tos para apoiar estudantes mais velhos.

No tocante ao alojamento estudantil, o relatório refere que os investimentos públicos futuros devem ser direccionados para territórios onde a procura supera a oferta e planeados com base na procura prospectiva de ensino superior.

Sobre o financiamento do ensino superior, o relatório recorda que a fórmula de cálculo prevista na lei não é aplicada desde 2009 e sugerem que o Governo desenhe uma nova fórmula orientada "por princípios de transparência, equidade de tratamen-

to e eficiência".

Apesar de os factores de custo previstos na actual fórmula de cálculo se alinharem com os de outros países da OCDE, os peritos admitem que alguns, associados a custos mais reduzidos, possam "não ser totalmente justificados".

Por isso, a relação entre o número de alunos e de docentes deve ser o principal factor e o modelo deve prever a atribuição de uma componente fixa, entre 15% e 25% das dotações base, e estável ao longo do tempo, definindo, igualmente, o propósito e os objectivos das dotações base.